

O português em Angola: língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino

André Zua Buló *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0000-3244-2725>

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito, fazer uma abordagem sobre – “O português em Angola – como língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino”. O estudo formulou como objetivos (i) analisar alguns fatores que estejam na base do ensino do Português como língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino em Angola; e (ii) compreender os aludidos fatores subjacentes da análise em voga. Apresentamos como enfoque – a pesquisa bibliográfica, numa perspectiva qualitativa e descritiva, apresentando a seguinte questão de partida: Que fatores concorrem para o sucesso ou o insucesso do ensino da Língua Portuguesa como língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino em Angola? Para dar corpo e substância a este assunto, recorreremos ao suporte bibliográfico de Mudiambo (2013), Quivuna (2013) Contente (2013) e outros, com os quais, dentre outros aspectos, definimos alguns conceitos sobre língua. Por outro lado, descrevemos outras abordagens sobre o português quer como língua materna, quer como língua segunda nos subsistemas de ensino em Angola, assim como sobre a dimensão intercultural e interdisciplinar do português, o seu caráter didático e pedagógico enquanto disciplina científica, com o suporte de Gaspar et al. (2012), Naege (2015), Azeredo (2010), entre outros. Outrossim, apresentamos também outras considerações sobre alguns fatores subjacentes, tais como, o caso da formação técnico-científica dos técnicos, o respectivo direcionamento e a sua contínua capacitação, consubstanciados como fatores imprescindíveis e decisivos para o desenvolvimento da política educacional e a sua execução no país. Finalmente, faz-se uma sucinta reflexão sobre o ensino do português em Angola.

PALAVRAS-CHAVE

Angola; Ensino; Língua materna; Língua segunda e Português.

O puto ya Ngola: dimi diamama, dimi diakayadi

KIPHOPHEJEU

Uzambwili yu wakala ni disukilu kubanga uzwelelu walungu ni – “Phutu mu Ngola kala dizwi dya umama ni dizwi dya kayadi mu ukexilu wa ulongelu”. Oulongesu wakala ni mbambe kala (i) kuzambula ikuma imoxi yakala budimatekenu dya ulongelu wa Phutu kala dizwi dya umama ni dizwi dya kayadi mu ukexilu wa ulongelu mu Ngola; ni (ii) Okutetuluka mukaxi ka ikuma yaxindi mu uzambwili yu. Twalondekesa kala utundisilu – uzambwili wa mikanda, mukexilu wa uvudilwili ni wa utangelwelu, mukuta odiba didi dya dimatekenu: Ikuma yahi yakala mu ukudilu mba uxombelu wa ulongelu wa Dizwi dya Phutu kala dizwi dya umama ni dizwi dya kayadi mu ukexilu wa ulongelu mu Ngola? Anga mu kubana nguzu mu maka ya, twai mu mikanda ya Mudiambo (2013), Quivuna (2013) Contente (2013) ni akamukwa, ni ene, mu kaxi ka ima ya kamukwa, twatetulwila maba amoxi alungu ni dizwi. Ku mbandu yakamukwa, twatongolwela izwelelu yengi yalungu ni phutu, mukwila kala dizwi dya umama, kala dizwi dya kayadi mu ukexilu wa ulongelu mu Ngola, kala we mu unene wa ifwa ni wa ilongelu imoxi ya phutu, ni ukexilu we wa didatika ni pedagojiya kala

* É Licenciado em Língua e Literatura Portuguesa, opção de Linguística; Mestre em Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa, especialidade em Linguística Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto; Pós-Graduado em Agregação Pedagógica para Docentes do Ensino Superior, e em Elaboração de Artigos Científicos, pelo Centro de Estudo de Apoio à Formação, Investigação e Extensão, da mesma Universidade. Funcionou como professor do Ensino não Universitário Público por mais de 18 anos, tendo lecionado nos três ciclos daquele sistema de ensino, tendo também desempenhado algumas funções de direção, e a de Supervisor Pedagógico e Inspector Provincial da Educação. No ensino superior privado, leciona desde 2014/15, em regime de Colaborador, dentre outras cadeiras, a de LP, TEOE e IPC. E-mail: andrezua1@hotmail.com

dilongesu dya kwijiya, ni ukwatekesu wa Gaspar et al. (2012), Naege (2015), Azeredo (2010), ni akwamukwa. Kyamukwa, twalondekesa na izwelelu yakamukwa yalungu ni ima imoxi ni yengi. Kyamukwa, twalondekesa na izwelelu yakamukwa yalungu ni ima imoxi ya kingoho, kala, kulongesa mu kwijiya kwa akalakadi, oulondekesu ufamena ni ulongelu we mu ithangana yoso, walungu ni ikuma yakolo ni ifamena mu ukudisilu wa ukexilu wa ulongelu ni ubangelu we mu ixi. Mu usukininu, abangeku kixinganeku kyalungu ni ulogelu wa Phutu mu Ngola.

MABA ANGUNJI

Ngola, Ulongelu, Dizwi dya Umama, Dizwi dya Kayadi ni Phutu.

Considerações iniciais

Esta pesquisa tem como propósito apresentar uma sucinta abordagem sobre “O português – como língua materna e língua segunda em Angola”. Como ponto de partida, colocamo-nos a questão: Que fatores concorrem para o sucesso ou o insucesso do ensino da Língua Portuguesa como língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino em Angola? Para se dar as prováveis respostas a esta questão, dentre outros aspectos, começamos por apresentar uma breve caracterização geográfica, etnolinguística e cultural do país; definimos alguns conceitos sobre língua e o contacto entre línguas.

Fazemos também, outras abordagens sobre o português como: Língua Materna e Língua Segunda nos subsistemas de ensino em Angola; o ensino da língua portuguesa numa perspectiva de LM e LS, outras línguas e o ensino em Angola; assim como algumas considerações gerais sobre a língua, tendo em conta a dimensão intercultural e interdisciplinar do português, e do seu carácter didático e pedagógico enquanto disciplina científica.

Apresentamos ainda uma análise sobre o ensino, dada a sua dimensão sobre a educação intercultural e a importância que ela atribui à família e à escola; assim como, o estatuto da língua e de outros fatores subjacentes, tais como o caso da formação técnico-científica dos técnicos, o seu respectivo direcionamento, que contribui para a sua área de especialização e a sua contínua capacitação. Estes elementos consubstanciam-se como fatores imprescindíveis e decisivos, para o desenvolvimento da política educacional e a sua execução no país. O artigo termina com uma sucinta reflexão sobre o ensino do Português em Angola.

1. Angola: Breve caracterização geográfica, etnolinguística e cultural

Apesar de outros autores que se debruçaram e antecederam sobre a origem do termo Ngola, Mudiambo (2013, p. 18) considera que “o termo de origem *Ngola* foi adaptado fonologicamente, e dessa adaptação resultou a palavra ANGOLA. O país que

hoje se chama Angola deve este nome ao rei da dinastia Ngola que governava o reino do *Ndongo*, ligado naquela época ao reino Kongo por vassalagem¹.” A República de Angola está situada na costa ocidental da África Austral e tem uma superfície territorial de 1.246.700 km². Quanto às fronteiras geográficas, o território está limitado a Norte e a Nordeste pela República do Congo e República Democrática do Congo, a Leste, ainda pela República Democrática do Congo e a Sudeste pela República da Zâmbia, a Sul pela República da Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Quanto à divisão administrativa, o País está subdividido atualmente em 18 (dezoito) províncias, nomeadamente: Bengo, Bié, Benguela, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cuando Cubango, Uíge e Zaire. Porém, a sua população, segundo dados do último censo realizado em Maio de 2014, está estimada em 24.300.000 (vinte e quatro milhões e trezentos mil habitantes)².

Quer do ponto de vista étnico-cultural e linguístico, Angola é um país que apresenta uma diversidade ou heterogeneidade, por existirem duas famílias de línguas, as de origem bantu e as não bantu. Nesta perspectiva, J. Rendinha (1974 apud Mudiambo, 2013, p.18-19) afirma que “A população angolana, tendo em conta a sua origem histórica, é constituída por povos bantu, não bantu e europeus”. Todavia, acrescenta que até ao século XIX, antes da ocupação efetiva desse território por Portugal, e conforme exigia os resultados da Conferência de Berlim, o território que corresponde à atual Angola, era habitado por um conjunto de povos que tinham uma forma de organização peculiar, quer política, quer social e até mesmo econômica”.

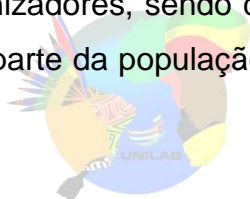
Entre estes povos destacam-se os seguintes grupos étnicos considerados como sendo os mais relevantes ou os de maior índolo: o grupo Ovimbundu, Ambundu, Bakongo, Lunda-Cokwe, Ovambo, Ovangangela e Herero – todos esses pertencentes majoritariamente à origem bantu; e do grupo étnico Khoisan ou bosquímanes – que pertence ao grupo étnico não bantu. Mas, apesar disso, os renomados autores, Fernandes e Ntondo (2002, p. 12) afirmam que as línguas nacionais ainda não têm um estatuto definido, apenas servem de línguas de comunicação a micro-nível, isto é, entre os membros que pertencem à mesma comunidade linguística.

¹) cf. Costa (2011, p. 1596) Dicionário Moderno da Língua portuguesa, Escolar Editora – Angola, Lobito. O termo significa estado de sujeição ou submissão.

²) cf. Dados do Instituto Nacional de Estatística, referentes ao primeiro censo populacional, após a independência de Angola, em 2014.

No que concerne à sua composição etnolinguística e cultural, o autor Mudiambo (2013, p. 19-20) apresenta-nos a seguinte classificação: Grupo e cultura Ovimbundu – com a língua Umbundu; grupo e cultura Ambundu ou Akwambundu – com a língua Kimbundu; grupo e cultura Bakongo – com a língua Kikongo; grupo e cultura Lunda-Cokwe – com a língua Cokwe; grupo e cultura Ngangela – Nyaneka-Humbe ou Nkhumbi – com a língua Lunyaneka e Lukumbi; grupo e cultura Ovambo – com a língua kwanyama; e grupo e cultura Helelo ou Herero – com a língua Tjihelelo.

Por último, este autor considera que todos estes grupos etnolinguísticos são de origem bantu. Mas existe uma pequena minoria de povos autóctones da região Não - Bantu, com destaque para os Kung ou Bosquímanes, que são caçadores de profissão, descendentes dos mais antigos habitantes da Região Austral e que possuem uma cultura própria. Apesar de toda esta componente sociocultural e sociolinguística, no que concerne à língua portuguesa, Quivuna (2013, p. 3) afirma que: “ Em Angola, por causa da diversidade de línguas nacionais existentes, o fenómeno colonialismo trouxe um mal que veio ficar por bem. Ou seja, o português deixou de ser considerado como sendo língua estrangeira, língua dos colonizadores, sendo declarada como língua oficial, isto é, a única língua utilizada pela maior parte da população e para todos os interesses da vida pública.”



2.Língua: conceitos

A língua é um conjunto de signos convencionais utilizados por uma determinada comunidade linguística. Par tal, cada comunidade vai ao longo do tempo mantendo e criando alguns processos que permitem a sua sistematização em todas as áreas do saber e que contribuem, de forma específica ou geral, para a comunicação entre os seus utilizadores. A Sociolinguística tendo como propósito o estudo e análise da relação existente entre a língua e a sociedade ou entre a sociedade e a língua, assim como os fenómenos linguísticos neles decorrentes, esta por sua vez, atribui à língua determinados conceitos considerados e aceites de modo universal. Grosso modo, esses conceitos são considerados como estatutos que as línguas podem adquirir em determinadas sociedades em que estejam inseridas, de acordo o contexto, entre os quais, o de aquisição, de uso, de limitação ou de expansão de cada língua.

Segundo Contente (2013), a língua é um sistema de signos que tem ou apresenta códigos com o tipo de construções e de regras (lexicais, fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas).Tendo em conta a dimensão multicultural e

interdisciplinar da língua portuguesa, enquanto instrumento científico, e ainda pelo seu carácter didático e pedagógico é imprescindível apresentar alguns conceitos, tendo em conta esta autora entre outros:

(i) Língua Materna é aquela que é adquirida de forma espontânea, natural na essência da sua utilização. A LM tem pelo menos a combinação de dois factores: o da aquisição e o do contexto;

(ii) Línguas de Angola são conceituadas como sendo aquelas que veiculam valores nacionais autóctones de ordem cultural;

(iii) Língua Veicular é a que transpõe o quadro de vida de uma comunidade linguística e que responde a uma necessidade social de intercomunicação entre grupos eventualmente dotados de especialidades vernáculas;

(iv) Língua de Escolarização é a que permite realizar toda a escolarização, nomeadamente, a leitura e a escrita. É, portanto, a língua de aprendizagem;

(v) Língua Segunda classifica a aprendizagem e o uso de uma língua não materna dentro de fronteiras territoriais em que ela tem uma função reconhecida; e por último,

(vi) Língua Estrangeira classifica a aprendizagem e o uso de uma língua em espaços onde ela não tem qualquer estatuto sociopolítico. Para Mateus e Villalva (2006, p. 97), a Língua Estrangeira é uma Língua não Materna aprendida no contexto escolar e que tem como finalidade ampliar conhecimentos, desenvolver investigações e permitir contactos sociais de carácter internacional.

3.Contacto entre línguas

Quer seja de modo formal ou informal, é através da(s) língua(s) que os seres humanos estabelecem as suas relações quer de modo instantâneo quer permanente. Este contacto por via da(s) língua(s) entre as sociedades permite arquitetar e projetar pensamentos ou ideias que possibilitam a aquisição do conhecimento e o consequente desenvolvimento progressivo e sustentado entre os homens e o mundo que os rodeia, tendo em conta o fenómeno inevitável de convivência no âmbito do bilinguismo e do plurilinguismo social.

Segundo Chicuna (2014, p. 112) “o contacto de povos permite, por sua vez, o contacto de línguas, sendo estas, veículos de transmissão de culturas” [...] e afirma também que – o contacto de línguas ocorre quando se verifica uma situação de coexistência de duas ou mais línguas numa comunidade linguística”. Nesta perspectiva,

Domingos (2011, p. 2) refere que a coabitação de línguas gera interferências linguísticas, o que pode derivar de idiosincrasias³ do ouvinte de uma L2 como consequência de erros de percepção.

Contudo, o contacto entre a língua portuguesa e as línguas de Angola surge como fruto do longo período da colonização de Angola por Portugal. A partir deste período, começaram a existir trocas de conteúdos lexicais, representativos de aspectos culturais e sociolinguísticos entre o português e as línguas nativas. Xavier e Mateus (1990) apud Naege (2015, p. 13) afirmam que – «o contacto de línguas ou entre línguas – não é mais se não a coexistência de duas ou mais línguas na mesma comunidade linguística e que permite conduzir a fenômenos de interferência mútua.»

De acordo com Naege (2015, p. 13), ao considerar que, no caso do contacto existente entre o português e as línguas locais de Angola, o mesmo é permanente, tendo provocado algumas mudanças assinaláveis nalguns paradigmas gramaticais do Português, fato que conduziu ao ponto de se ter uma feição nitidamente angolana, sinal mais do que evidente da mudança linguística ou variação, fruto deste contacto. Neste aspecto, concordamos com este autor quando reforça esta ideia ao citar Cunha e Cintra (i) (1984, p. 24), e (ii) Faria (2003, p. 35):

(i) Cunha e Cintra “[...] o português é a língua oficial da República de Angola [...]. Trata-se de um português com base na variedade europeia, mas mais ou menos modificado, sobretudo pelo emprego de um vocabulário proveniente das línguas nativas, e a que não faltam algumas características próprias no aspecto fonológico e gramatical. [...] Características [...] divergem de região para região, ainda não foram suficientemente observadas e descritas, embora muitas delas transpareçam na obra de alguns modernos escritores deste país”.

(ii) Faria afirma que “O contacto entre línguas é um dos fatores que mais contribuem para desencadear a variação linguística, e que esta ao ser progressiva e sistematicamente apreendida no uso dos seus falantes, permite assim, levar estes falantes a uma situação de mudança em alguns dos parâmetros da língua...mas tendo em conta o tipo de relacionamento possível no âmbito das relações [...]”.

³) cf. Costa (2011, p. 842) Dicionário Moderno da Língua portuguesa, Escolar Editora – Angola, Lobito. O termo significa temperamentos especiais de cada indivíduo (relativamente à influência que nele exerce o que lhe é alheio).

4.O Português: Língua materna e Língua segunda nos subsistemas de ensino em Angola

Segundo Galisson e Coste (1983, p. 444), apud Neto (2012, p. 43), a linguística aplicada e a didática das línguas usam sempre a tripla dimensão Língua Materna/Língua Segunda/Língua Estrangeira, na medida em que esta oposição define dois modos de ensino irreduzíveis um do outro: (i) o ensino da língua materna, por um lado, e (ii) o ensino das línguas não maternas, por outro. O ensino do Português como Língua Materna ou Língua Segunda nos subsistemas de ensino em Angola é um campo de discussão e de reflexão bastante complexo, isto é, tendo em conta algumas das razões que estiveram na base da sua adoção como língua oficial. Neste caso, ela serve, desde os primeiros anos de escolaridade, de veículo de comunicação e de matéria de ensino em todo o território nacional.

Como sabemos, o ensino é um processo que tem por objetivo formar e preparar o homem para as várias exigências quotidianas da vida. Em Angola, o processo de Ensino e Aprendizagem realiza-se através de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas: Subsistema de ensino geral, subsistema de ensino médio e técnico-profissional, subsistema de formação de professores, subsistema de educação e formação acelerada de adultos, subsistema do ensino especial, e subsistema de ensino superior (cf. Lei de Bases do Sistema de Educação de 2001, de 31 de Dezembro, da Assembleia Nacional).

5.Português Língua Materna /PLM

Naege (2015, p. 17) afirma sobre o conceito de Língua Materna que “ no ensino/aprendizagem de uma língua materna é normal surgirem muitos conceitos, mas que nem sempre se chega a um consenso quanto às suas definições.” O mesmo autor, citando Cardoso (2005, p. 16), apresenta-nos cinco critérios a ter em conta na definição de uma língua materna, isto é, quanto a:

- (i) Origem – a língua que o indivíduo aprendeu primeiro;
- (ii) Competência – a língua que o indivíduo conhece melhor;
- (iii) Função – a língua que o indivíduo utiliza mais;
- (iv) Identificação interna – a língua com a qual o indivíduo se identifica;
- (v) Identificação externa – a língua com a qual os outros identificam o indivíduo como falante nativo.

O português é a língua materna de um número reduzido de angolanos, isto é, a maioria da sua população utiliza as línguas bantu e não bantu como línguas maternas, o que coloca certos constrangimentos a muitos utilizadores. Nesta perspectiva, Naege (2015, p. 18) afirma que “o ensino da Língua Portuguesa como língua segunda, para os alunos que têm outra língua materna, em Angola, pode ter resultados satisfatórios, pelo simples fato de essas línguas maternas serem, pois, as bases para as novas aprendizagens numa nova língua”.

Acrescenta ainda que “acredita-se que todo o aprendente de e numa nova realidade linguística o faça antes na sua língua primeira, para depois fazer uma associação equivalente na sua língua..., por esta razão, o Português ensinado como língua materna para o aprendente que devia aprendê-lo como língua segunda, e num contexto plurilíngue como o é no caso de Angola, faz-se com dificuldades que se traduzem, desde as insuficiências na sua aprendizagem, assim como na conseqüente aquisição e desenvolvimento da competência lexical do aprendente.” Contudo, Mingas (2002, p. 47) defende que “[...] a melhor educação a fornecer a uma criança é feita na língua que ela melhor compreende, ou seja, na sua língua materna, através da qual ela expressa, facilmente, as suas emoções e capacidades criativas[...]”.

6. Português Língua Segunda / PLS

A aprendizagem de uma Língua Segunda tem sido considerada por certos autores como um processo diferente do desenvolvimento linguístico inicial da criança, ou seja, da aquisição da sua Língua Materna. E outros autores consideram, também, haver alguma semelhança e diferenças entre os dois processos. Outros autores fizeram abordagens para conceptualizar ou definir o PLS ou PLNM. Mas não tem sido fácil dar-se uma definição totalmente acabada ou mesmo muito consensual, sobretudo, no que ao contexto linguístico de Angola diz respeito.

Assim, Naege (2015, p. 15) afirma que “assume-se não ser fácil dar uma definição cabal de LS ou outra qualquer num contexto como o de Angola. Ou seja, não se chega a uma definição unívoca de definição de gênero quando se trata de uma realidade sociolinguística complexa e multiforme como a de Angola.” O português como língua segunda é definido por Ançã (1999) apud Naege (2015, p. idem) como sendo “uma língua de natureza não materna, mas com um estatuto particular: ou de ser reconhecido como oficial em países bilíngues ou plurilíngues, nos quais as línguas maternas ainda não

estão suficientemente descritas, ou ainda com certos privilégios, em comunidades multilíngues, podendo ser essa língua, uma das línguas oficiais do País”.

Por outro lado, “o termo língua designa a ordem de aquisição de uma língua, adquirida posteriormente à língua materna, no entanto, em muitos contextos geolinguísticos, por exemplo, nos PALOP, não é uma língua necessariamente adquirida por alguns em segundo lugar; é, no entanto, uma língua conhecida, a nível da oralidade, por parte dos indivíduos de um país ou de uma comunidade que tem, como língua materna, outra língua nacional ou regional; a língua segunda, por vezes, pode coincidir com a língua oficial que, frequentemente, é também língua de escolaridade”. E nesta descrição encontramos o caso de Angola, como afirma (QUIVUNA, 2013, p. 109).

7.O ensino da língua portuguesa numa perspectiva de LM e LS

A língua portuguesa em Angola tem um conjunto de abordagens, conforme alguns conceitos apresentados nos pontos anteriores. Porém, Gaspar et al. (2012, p. 24-27), na sua abordagem sobre a diversidade linguística e a situação do ensino da Língua Portuguesa em Angola como Língua Materna (LM) ou como Língua Segunda (LS) e como Língua Estrangeira (LE) apresentam um conjunto de aspectos ou fatores dos quais, entre outros, salientamos os seguintes:

(i) A adoção de um método implica sempre uma dinâmica progressiva e objetiva que se pode concretizar em função das metas a atingir. Em qualquer circunstância, o ensino da LP exige, por parte de quem o faz, conhecimentos muito sólidos, quer em termos linguísticos, quer em termos literários. Este aspecto é considerado como sendo uma das primeiras exigências colocada ao docente, pois não se pode ensinar quando se carece de bases teóricas, quer científicas e técnicas inerentes à sua área de especialização.

(ii) O professor é o exemplo mais evidente da solidez quer nos alicerces teóricos, quer nos aspectos científicos quer culturais que pautam a sua formação e, concomitantemente, a sua atuação. No entanto, é sobre o professor de LP que tem recaído a responsabilidade de munir os alunos e estudantes de ferramentas necessárias para o uso correto e adequado da língua.

(iii) Contudo, se o docente se colocar como insensível e incapaz de compreender a dificuldade desta tarefa, num cenário em que as competências orais, escritas e reflexivas não possuam a fundamentação contextualizada sobretudo de uma

LM, poderá, conseqüentemente, ser incapaz de poder atingir os objetivos preconizados numa perspectiva intercultural e multicultural do sujeito aprendente.

(iv) Angola é um país que convive com uma série de línguas nacionais, o que dá resultado a uma variedade linguística com características muito próprias e com a finalidade de servir as necessidades comunicativas do país. Todavia, o choque entre as línguas maternas e a língua de escolarização tem estado a levantar alguns problemas no sector educativo, uma vez que não facilita o enraizamento estrutural da língua veicular e, fomenta, até certo ponto, algum insucesso escolar.

Outro aspecto relevante é apresentado por Naeuge (2015, p. 16) ao afirmar que “devido ao contacto secular e ao enraizamento do Português em Angola, não parece fecundo abordar e ensinar-se o Português como Língua Estrangeira” por um lado e, por outro, acrescenta este autor “o próprio contexto atual permite asseverar que há um número crescente da população de Angola que se está a apropriar do português como LS, por este motivo e outros, parece razoável que se aborde e ensine o Português como LS, apesar de em contextos justificáveis, como é o caso das áreas urbanas, se possa ensinar o Português como LM, mas como LE, modéstia parte, já seria desfasado”.

A nosso ver, e concordamos com este autor e vários outros acadêmicos que em determinados fóruns afirmam que o ensino da Língua Portuguesa quer como LM, quer como LS requer um conjunto de metodologias adaptadas às realidades: sociocultural, sociolinguística e geográfica do público-alvo a quem se destina este ensino. Isto porque, no caso concreto da Europa, concretamente em Portugal os falantes são monolíngues, apesar de existir, no país, alguns falantes bilíngues e plurilíngues de línguas de outros países deste continente. Mas, grosso modo, os países africanos, como é o caso de Angola, são países pluriculturais e multilinguísticos. Por esta razão, as metodologias de ensino do Português deviam, ou seja, devem obedecer e adaptarem-se a esta realidade, dado que a Língua Portuguesa é, de fato, uma unidade de diversidade na diversidade.

8. Legislação sobre o português, outras línguas e o ensino em Angola

A Constituição da República de Angola (2010, p. 11) no seu Artigo 19.º legisla sobre as Línguas, referindo nos pontos 1. e 2. que – A língua oficial da República de Angola é o Português – e – que o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais Línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional. Na constituição, o Artigo 79.º, no ponto 1., refere ainda que “O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto,

estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efectivação, nos termos da lei.”

Ainda a Assembleia Nacional, na já referida Lei nº 13/01:2, de 31 de Dezembro – Lei de Bases do Sistema de Educação – diz que: “considera-se a vontade de se realizar a escolarização a todas as crianças em idade escolar, de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos e de aumentar a eficácia do sistema educativo”. No capítulo I, Artigo 1.º ponto 1., acrescenta “A educação constitui um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do País...e ginno-desportivo”.

No ponto 2, o sistema de educação é definido como sendo “um conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a educação..., de paz e progresso social”. No Artigo 9º ponto 1. “O ensino é ministrado em língua portuguesa.” E ressalta no ponto 3. “Sem prejuízo do nº1 do presente artigo, particularmente no subsistema de ensino de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais.” O artigo 60º, sobre os planos e programas, institui que “os planos de estudos e programas de ensino têm um carácter nacional e de cumprimento obrigatório, sendo aprovados pelo Ministério da Educação.”

Por sua vez, o Conselho de Ministros, no instrumento designado: Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015 p. 63, no Decreto 11/ 95 de 5 de Maio, orienta que “A gestão do sistema de ensino em termos normativos, pedagógicos, de gestão pedagógica e escolar é da competência exclusiva do Ministério da Educação.”

9. Ensino e aprendizagem intercultural

Segundo Perotti (2003, p. 51), a educação intercultural desenvolve uma pedagogia da relação humana e visa permitir à criança situar-se a si própria, em cada momento, relativamente aos outros; procura dar-lhe os meios para diversificar as suas referências e viver as diversas modalidades culturais do seu meio.

Do ponto de vista sociolinguístico e sociocultural é durante o processo de socialização que o homem aprende a lidar com os demais membros, isto é, por intermédio da aprendizagem das normas sociais que regem a sociedade ou o grupo social a que o indivíduo pertence. Neste processo, a língua como fenómeno social, desempenha um papel fundamental, pois, é um instrumento de socialização para qualquer ser humano enquanto ser social. Todavia, este processo realiza-se primordialmente no seio de duas grandes instituições: a família e a escola.

Em relação à escola, Perotti (2003, p. 52) afirma que esta deve, deste modo, confrontar-se com uma situação fundamental, pois, no caso da pré-escolarização implica automaticamente uma socialização precoce, e esta implica por sua vez uma gestão pronta na diferença do sistema educativo dada a diversidade cultural dos sujeitos implicados neste processo de ambiente extra familiar. Para a gestão dessas diferenças é exigido necessariamente um modelo de cooperação onde consigam cooperar todos os parceiros implicados, tendo cada um o seu lugar e o seu papel – pais e encarregados de educação, escola, autoridades governamentais e tradicionais, assim como outros parceiros sociais.

Isto implica dizer que, tendo em conta o papel da socialização, o sistema educativo e escolar devem gerir o período crucial da formação das identidades culturais a partir das crianças e dos jovens, estendendo-se aos adultos, para que se consiga inculcar os bons valores, comportamentos e atitudes de forma sustentada, transmitindo-se os demais tipos de saberes⁴, para se respeitar e consolidar, a heterogeneidade cultural do país em unidade com a diversidade, e em defesa da sua identidade nacional.

Para o caso específico de Angola concordamos com este autor, ao afirmar que “Com efeito, é sobretudo ao nível da formação da juventude que a educação intercultural deve centrar-se nas interações e não nas abstrações do discurso. E mais do que educação, dever-se-ia falar de aprendizagem intercultural.” Este ponto de vista é importante e uma realidade concreta em Angola, pelo fato da multiplicidade cultural que o país possui. (PEROTTI, 2003, p. 53)

10. Estatuto da língua e ensino

Em Angola, a língua portuguesa tem o estatuto de língua oficial, porquanto esta exerce um papel plurifuncional:

- (i) Assume o seu uso nos domínios da vida sociopolítica, económica, religiosa e cultural;
- (ii) Assume um papel de língua veicular, pois permite a comunicação entre os vários grupos etnolinguísticos, sendo a única língua de escolaridade e da administração, isto é, a única língua do Estado angolano, e é também a língua mais transfronteiriça do país;
- (iii) É para muitos angolanos língua materna e, para outros, língua segunda; e,
- (iv) Não obstante esta realidade interna existem outros cidadãos, de outras nacionalidades ou de comunidades linguísticas não lusófonas residentes, a quem lhes é ensinada como língua estrangeira.

⁴ Ferraz (2006, p. 102) indica-nos (saber, saber-fazer, saber-ser e saber-tornar-se).

Por estas, ou por outras razões, o ensino da língua portuguesa como disciplina científica consubstancia-se com o uso de métodos ou metodologias intrínsecas a uma língua específica que se considera como sendo materna ou segunda, e que permite atingir os objetivos educacionais, dentro dos programas preconizados pelo governo, e sob a égide do Ministério da Educação e do Ministério do Ensino Superior, respectivamente. Se por um lado se verificam algumas melhorias substanciais e progressos em certas unidades orgânicas dentro dos subsistemas de ensino; por outro, alguns procedimentos didático-pedagógicos mal concebidos têm estado a contribuir para o insucesso no processo de ensino vs aprendizagem desta língua, segundo Marques (1985) apud Neto (2012, p. 43).

Partindo da realidade de que a escolaridade em Angola se efetiva exclusivamente em Língua Portuguesa, não obstante a necessidade do uso de algumas línguas angolanas (maternas) no(s) sistema(s) de ensino é necessário que se imponha a utilização de um conjunto de técnicas e metodologias concretas e que se coadunem ao ensino do português, atendendo a que as condições objetivas e subjetivas quer do ponto de vista social e cultural para o ensino nas nossas línguas locais de origem genealógica bantu e não bantu, ainda não estarem totalmente criadas.

Assim sendo, e enquanto tais condições não se efetivarem, o ensino do Português tem de pressupor os princípios metodológicos quer de língua materna quer de língua segunda centrados no sujeito aprendente (o aluno). E porque, segundo Costa (2002, p. 171) “a existência da língua portuguesa no nosso país ocorre numa sociedade caracterizada por uma forte estratificação linguística de realidade sociocultural e sociolinguista compósita, isto é, Kimbundu, Umbundu, Kikongo, Cokwe, dentre outras línguas.” No nosso ponto de vista como docente, o ensino do Português como Língua Materna e Segunda nos subsistemas do ensino em Angola, permite-nos de entre outros aspectos frisar o seguinte:

- (i) Em certos casos, as aulas de LP têm sido repetitivas, no âmbito da elaboração de conteúdos, e até mesmo quanto aos métodos. Isto não só acontece a partir dos primeiros níveis de ensino, mas também do pré-universitário, médio profissional, e até mesmo no ensino superior.
- (ii) Isto por si só tem provocado em muitos discentes a falta de interesse e desânimo, e como consequência, o surgimento do índice elevado do insucesso escolar.
- (iii) Um dos elementos fundamentais que é parte integrante no processo de ensino e aprendizagem, independentemente do nível de ensino a que esteja inserido a

leccionar, é o professor ou a professora que são os actores essenciais dessa motivação, criatividade e dinamismo.

(iv) Contudo, a formação técnico-científica, deste(s) e o seu respectivo direccionamento para contribuir na sua área de especialização, assim como a sua contínua capacitação são elementos que se consubstanciam como factor imprescindível e decisivo para o desenvolvimento da política educacional e da sociedade angolana em geral.

11. Breve reflexão sobre o ensino do português em Angola

Como foi acima referido, o ensino do Português como Língua Materna e Língua Segunda nos subsistemas de ensino em Angola é um campo de discussão e de reflexão bastante complexo. Mas é importante realçar alguns aspectos julgados de domínio de especialidade, e considerados fulcrais por especialistas desta área do saber e de outras áreas, não sejam remetidos à ignorância ou ao esquecimento semi-propositado de quem de direito, e para que o bom exercício desta nobre atividade não caia numa má intercompreensão – a tripla dimensão, entre – especialistas, não especialistas e gestores.

Sendo o Português em algumas partes do país, Língua Não Materna para a maior parte das pessoas, sobretudo nas zonas rurais, por esta e outras razões, os programas para o seu ensino deveriam estar direccionados e perspectivados tendo em conta esta realidade, como forma de se poderem traçar algumas metodologias que estejam preconizadas e perspectivadas para um ensino intercultural e multicultural, e que permita a médio prazo atingir alguns objetivos para a melhoria substancial do ensino e aprendizagem, como tem estado a acontecer, e também pelo fato de se observar nas turmas, a heterogeneidade linguística na maior parte dos casos, e de modo global em quase toda a população estudantil do país.

Nesta perspectiva, segundo Azeredo (2010, p. 11) não sendo, com frequência, a língua materna de muitas crianças que iniciam a escolaridade, a Língua Portuguesa, enquanto língua segunda requer uma aprendizagem e uma referenciação de todas as suas estruturas linguísticas (categorias fonéticas, morfológicas, sintáticas e outras), buscando, na medida do possível, os termos de comparação, para reforço ou em contraste, com a língua materna das crianças. Mas se também atendermos que uma quota-parte de professores que leciona a Língua Portuguesa, possui na maior parte dos casos uma formação não especializada, ou ainda deficiente, quer pedagógica, quer linguística, esta última realidade precisa de uma inversão, a médio prazo.

Não obstante a esta situação, parte das escolas, sobretudo as que se situam em zonas mais recônditas, assiste-se a uma gritante precariedade de condições, assim como em alguns casos a falta de professores, ou ainda do número insuficiente de material didático, assim como da falta de outros meios de apoio, e da chegada, por vezes tardia, de programas curriculares, o que até certo ponto faz com que os docentes estejam desprovidos de certos meios elementares para o bom desempenho da profissão.

Com base nisto, e tendo em conta o que nos diz o autor acima, “ainda que desconheça a língua materna dos alunos, o professor não pode deixar de possuir alguns conhecimentos sobre **bilinguismo** e sobre **interferência linguística**, dado o contexto em que se processa o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, notam-se numerosas situações de contacto e de interferências linguísticas, visíveis, por exemplo, em identificações semânticas e fônicas, etc., que frequentemente traduzem-se em desvios ou inadequações ortográficas, fonológicas, lexicais, morfológicas, sintáticas e semânticas relativamente à norma-padrão europeia da Língua Portuguesa”. (AZEREDO, 2010, p. 11).

Contudo, tendo em conta a realidade sociocultural e sociolinguística compósita de Angola, temos de considerar que para o sucesso do ensino nos diferentes subsistemas de ensino em Angola, e de acordo com Contente (1995), “todo e qualquer professor nas diversas áreas do saber deve considerar-se necessariamente como professor de Língua Portuguesa, pois, todos os programas e conteúdos inseridos nos planos curriculares obedecem a uma esmagadora percentagem deste idioma, tanto na sua elaboração quanto na sua transmissão”. Desta forma, estaríamos todos e cada um na sua área do saber a contribuir para a consolidação e o intercâmbio científico que se impõe nesta ingente tarefa. Pois, não nos esqueçamos de um grande provérbio africano, que diz: «Enquanto os leões não produzirem a sua própria história, a história da caçada irá glorificar apenas o caçador».

Considerações finais

Ao longo da nossa abordagem, pensamos que de modo global e/ou específico, conseguimos destacar e fazer perceber dentre outros aspectos – a breve caracterização geográfica, etnolinguística e cultural do nosso país, assim como também, descrevemos alguns conceitos operacionais e definições sobre língua, e do contacto entre línguas tendo em conta a nossa perspectiva, consubstanciada a dos autores consultados.

A par do exposto no parágrafo anterior, focamos também abordagens sobre o português: Língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino em Angola, o

ensino da língua portuguesa numa perspectiva de língua materna e língua segunda, sobre a legislação do Português, outras línguas e a educação em Angola, assim como, de algumas considerações gerais sobre a língua, tendo em conta a dimensão intercultural e interdisciplinar do Português, e do seu carácter didático e pedagógico enquanto disciplina científica.

Numa outra abordagem, mas tendo em conta a mesma dimensão, a nossa pesquisa faz alusão à socialização, dada a sua dimensão sobre a educação intercultural e da importância que ela atribui à família e à escola; assim como, sobre o estatuto da língua e de outros fatores subjacentes, tais como, o caso da formação técnico-científica dos técnicos, o seu respectivo direcionamento para contribuir nas respectivas áreas de especialização, a sua contínua capacitação, que são elementos que se consubstanciam como fator imprescindível e decisivo, para o desenvolvimento da política educacional e a sua respectiva execução no país. E tendo em conta a dimensão intercultural e pedagógica do provérbio africano acima referenciado, o nosso estudo, termina com uma sucinta reflexão sobre o ensino da Língua portuguesa em Angola, isto é, tendo em conta, determinados aspectos julgados como pertinentes, e, no que concerne, à realidade sociolinguística de Angola.



REFERÊNCIAS

- ANÇÃ, M. H., (2015). **Da língua materna à língua segunda**. Noises. Lisboa: Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- ANGOLA.(2011). **Decreto presidencial n.º16/11 de 11 de Janeiro**. Luanda: Assembleia Nacional.
- ANGOLA.(2003). **Decreto-Lei n.º 7/03, 17 de Junho**. Luanda: Assembleia Nacional.
- ANGOLA .LBSE – Lei De Bases Do Sistema Educativo. **Lei n.º 13/01 de Dezembro**. Luanda: Assembleia Nacional.
- ANGOLA (2020). **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº32/20-D.R – 1ª Série nº 123, de 12 de Agosto**. Luanda: Assembleia Nacional.
- ANGOLA (2005). **Lei n.º2/05 de 14 de Janeiro**. Luanda: Assembleia Nacional.
- ANGOLA (2010). **Constituição Da República**: Luanda: Assembleia Nacional, 2010.
- ANGOLA- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2013). **Programas de língua portuguesa – do ensino primário, do 1º ciclo do ensino secundário e do 2º ciclo do ensino secundário**, Luanda: Editora Moderna.

AZEREDO, Fernando José Fraga de (2010). **Metodologia da Língua Portuguesa**.

Luanda: Plural Editores.

CARDOSO, G.A.J.,(s.d.). **Interferências Linguísticas do Cabo-verdiano no Processo de Aprendizagem do Português**. Lisboa: UAL (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa)

CHICUNA, Alexandre Mavungo. (2014). **Portuguesismos nas Línguas Bantu: Para um Dicionário Português – Kiyomb**. Lisboa: Edições Colibri.

CONTENTE, Maria Madalena Dias Marque.(1995). **A Leitura e a Escrita – Estratégias de Ensino para Todas as Disciplinas**. Lisboa: Editorial Presença.

COSTA, António Fernandes da.(2002). **Questões das Línguas e das culturas: O ensino do português em Angola**. Luanda: AULP.

COSTA, João.(2012). **Dicionário Moderno da Língua portuguesa**. Lobito: Escolar Editora.

CUNHA, Celso, CINTRA, L. F. Lindley (1984). **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

CUNHA, Celso, CINTRA, L. F. Lindley (1984): **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 18.ed. Lisboa: João Sá da Costa.

CUNHA, Celso, CINTRA, L. F. Lindley.(1991).**Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 8.ed. Lisboa: João Sá da Costa.

DOMINGOS, Manuel da Silva.(2011). **Nasalidade Vocálica em Português: Pistas para identificação forense de falantes**. Lisboa: FLUL(Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

FERRAZ, Maria José.(2006). **Ensino da Língua Materna**. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

GALISSION, Robert, COSTE, Daniel (2012). **Aproximação Linguística e Experiência Comunicacional**. Luanda: Edições de Angola.

GASPAR, Lisete et al., (2012).**A Língua Portuguesa e o seu ensino em Angola**, Rio de Janeiro: Publicações Dialogarts.

MARQUES, Irene Guerra (2012) Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola: In Neto, Muamba Garcia. **Aproximação Linguística e Experiência Comunicacional**. Luanda: Edições de Angola.

MINGAS, A. Arlete. (2012). **Ensino da Língua Portuguesa no Contexto Angolano – In: Uma política de língua para o português**. Angola: Edições Colibri.

MUDIAMBO, Quibongue. (2012). **Da Lexicologia e Lexicografia de Aprendizagem ao Ensino da Língua Portuguesa no II Ciclo do Ensino Secundário:10^a, 11^a,12^a e 13^a**

Classes – na Escola de Formação de Professores “ Cor Mariae” do Uíje. Lisboa: FCSH (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

NAUEGE, João Muteteca (2015). **Aquisição da competência lexical na aprendizagem do português língua segunda – especificidades do aluno angolano.** Portugal: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

PEROTTI, Antonio.(2003) **Apologia do Intercultural.** 2ed. Lisboa: Grafis Editor.

QUIVUNA, Manuel. (2013).**Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materna, estudo de caso:** Escola do 2º Ciclo da Cidade do Wizi. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento).

RENDINHA, José (2003). **Etnias e Culturas de Angola, Instituto de Investigação Científica de Angola,** Luanda: SE.

XAVIER, Maria F., MATEUS, Maria Helena. (2015). **Dicionário de termos linguísticos,** Vol. I. Lisboa: SE

ZAVONI, Fernandes; Ntondo, João (2002). **Angola povos e línguas.** Luanda: Edições Nzila.



Recebido em: 12/10/2023

Aceito em: 12/04/2024

Para citar este texto (ABNT): BULO, André Zua. O português em Angola: língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino. . *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº 1, p.80-79, jan.-abr. 2024.

Para citar este texto (APA): Bulo, André Zua. (jan.-abr. 2024). O português em Angola: língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (1): 80-97.